

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO CURRÍCULO DE CASCAVEL/PR (2005 a 2015): uma história de luta, ações e contradições

Leonete Dalla Vecchia Mazaro

Introdução

Este texto, resulta de exposição, realizada no I Seminário Estadual, em alusão ao vigésimo ano do HISTEDOPR (Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil-GT da Região Oeste do Paraná) e, ao trigésimo segundo ano da Pedagogia Histórico-Crítica no Paraná: percursos e perspectivas. No ensejo, nos propomos a socializar o resultado de nossa pesquisa, realizada entre os anos de 2016 e 2018, no Mestrado em Educação, na UNIOESTE Campus de Cascavel, sob a orientação do professor Paulino José Orso e coorientação da professora Julia Malanchen. Nosso trabalho consistiu em investigar o processo de elaboração/construção/produção do currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel, no período correspondente aos anos de 2005 a 2008, bem como, as ações realizadas para sua implementação, nos anos de 2008 a 2015.

Para nós, recuperar e apresentar a história da educação de Cascavel, em específico da produção de um currículo próprio, no período mencionado, representa explicitar o longo e árduo caminho de luta, ante as contradições da sociedade capitalista, assim como, expressar o papel político da escola pública, haja vista, que o documento em tela, considerou os princípios da coletividade.

Antes de adentrarmos nas especificidades do processo de produção de um currículo à luz de fundamentos contra hegemônicos, é preciso considerar que no início do ano de 2018, o município de Cascavel, seguindo a Resolução CNE/CP 2/2017 que orienta, de forma obrigatória, a implantação da BNCC, “organizou o processo de revisão, atualização e ampliação do Currículo” (Cascavel, 2020, p. 3) e, nesta nova versão, oficializada em 2020, “buscou-se reafirmar o compromisso com a sistematização de um arcabouço científico, pautados nos pressupostos teóricos e metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Teoria Histórico Cultural, com o aporte filosófico no Materialismo Histórico-Dialético” (Cascavel, 2020, p. 1).

Historicizar e contextualizar o percurso e processo de produção do currículo de Cascavel (2008), que possui seus fundamentos filosóficos no materialismo histórico-dialético, psicológicos na teoria histórico-cultural e pedagógicos na Pedagogia Histórico-Crítica exigiu, cuidadosa investigação de como ocorreu e foi conduzido tal processo, assim, como foram organizadas as ações para a implementação, nos diferentes momentos. Para tal, foi necessário realizar análise de documentos, como também, de alguns elementos que influenciaram e continuam a influenciar a educação nos contextos local, regional e

nacional. A definição quanto ao nosso objeto, considerando um recorte geográfico regional, partiu da compreensão de que o “mesmo não está isolado, mas, se apresenta como síntese de múltiplas determinações”. (Mazaro, 2018, p. 15).

Objetivávamos, durante a pesquisa, enfrentar questões que permearam a elaboração do currículo de Cascavel, as formas de conduzir o trabalho, as ações e direcionamentos para que os fundamentos, expressos no documento, fossem compreendidos e, com isso, ocorresse a efetivação de um trabalho educativo, que primasse pela transmissão/socialização do conhecimento sistematizado. Para isso, nos pautamos, inicialmente, em algumas questões, como por exemplo:

Como os professores municipais de Cascavel chegaram a definição de que a teoria que deveria ser assumida pela rede pública municipal de ensino era a Pedagogia Histórico-Crítica? Quais ações foram realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para a elaboração e implementação de um Currículo próprio? Como ocorreram as articulações junto aos professores para a produção desse Currículo e quais foram as dificuldades, limites e obstáculos que necessitaram ser superados? Ao assumir a Pedagogia Histórico-Crítica como teoria pedagógica, a SEMED de Cascavel se preocupou/preocupa em direcionar ações que sejam coerentes e concernentes a mesma? (Mazaro, 2018, p. 16).

Para enfrentar a tais questionamentos, dentro do limite temporal que tínhamos, definimos, então, por organizar nossa investigação, em três períodos: 2005 a 2008 – estudo, pesquisa e produção do currículo; 2008 a 2010 – organização de ações para a implementação do currículo e; 2010 e 2015 – as rupturas políticas e a descontinuidade das ações de implementação do currículo.

Da decisão e construção de um currículo próprio

No ano de 2004, a partir de dados levantados pela Secretaria Municipal de Educação, junto aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas, concluiu-se “que as escolas estavam sem direção na forma de pensar a concepção de escola, de homem, de sociedade” e, desse modo urgia “retomar, conduzir e redirecionar os trabalhos da rede”. (Mazaro, 2018, p. 54). Neste mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação, por meio de reuniões com as equipes pedagógicas, iniciou a discussão sobre a necessidade de um documento orientador à educação do município como um todo.

Para além disso, alguns outros fatores, com a qualidade da legalidade, foram os impulsionadores da necessidade de um documento que norteasse a educação de Cascavel, como por exemplo, “o atendimento a infância do zero aos cinco anos de idade, enquanto educacional e não mais como atendimento da saúde ou da assistência social e, a alteração do ensino fundamental de oito para nove

anos” e, “questões específicas sobre a educação especial e a Educação de Jovens e Adultos” (Mazaro, 2018, p. 53), uma vez que “ a rede municipal de Cascavel não possuía um documento sistematizado que direcionasse as ações dessas modalidades de ensino” (idem, *ibidem*). Essas questões, de certa forma, exigiam uma (re)organização do ensino e, com isso, a necessidade de um currículo que desse suporte ao trabalho pedagógico.

A organização sistematizada de todo esse processo, tem seu início no ano de 2005, quando a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel¹ (SEMED), por meio do departamento pedagógico, organizou grupo de estudos, com todos os professores da rede e, conduziu ações a fim de verificar, como a rede municipal de ensino compreendia a educação pública.

Uma das ações organizadas, nesse princípio, foi encaminhar às escolas textos de “Saviani, Libâneo, Vigotski e, também, documentos como a LDBEN N° 9394/96” (Mazaro, 2018, pp. 54-55), para leitura e estudos. Com base nesses textos, os professores, deveriam responder questões sobre a educação da rede municipal de Cascavel, naquele momento e, que educação era almejada, sobretudo, como deveria ser uma proposta curricular que atendesse aos anseios dos professores e da classe trabalhadora, com vistas a emancipação humana, portanto, que proposta curricular realmente era pretendida.

Tais questões, após estudo e discussões, foram sistematizadas e encaminhadas à SEMED e foi “nesse movimento a SEMED percebeu limitação teórica e a inexistência de unidade de concepção na rede, onde alguns apontavam como norteador dos trabalhos o Currículo Básico do Paraná e outros os Parâmetros Curriculares Nacionais” (Mazaro e Orso, 2017, p. 496).

Realizadas tais análises, a SEMED organizou um relatório diagnóstico e, a partir desse, iniciou estudos mais específicos, com objetivo de produzir um currículo próprio. Um currículo que contemplasse, para além dos conteúdos a serem trabalhados em cada ano escolar, concepção de mundo e sociedade, concepção de homem, de educação, de conhecimento, de ciência, de ensino-aprendizagem, de avaliação, de gestão democrática, de escola pública, de professor.

Os grupos de estudos, organizados e realizados nas escolas, no ano de 2005 receberam como tarefa, dezenove textos² para leitura e estudo. Esses, traziam

¹ Doravante SEMED.

² Correntes Filosóficas, de Ivo Oss Emer (mimeo); Enfoques na pesquisa em ciências sociais, de Paulino José Orso (s/d); A dialética idealista e materialista de Hegel e Marx, de Luciano Donizete da Silva, Nathalia Tranches e Ivo José Tranches (s/d); Dialética: concepção e método, de Moacir Gadotti (1987); Olhar para a história: caminho para a compreensão da ciência hoje, de M. A. Andery (1988); Materialismo histórico e materialismo dialético: A dupla revolução teórica de Marx, de Louis Althusser (1986); A crise do materialismo dialético, de D. Harvey (2000); Materialismo e idealismo, de H. Lefebvre (1995); Trabalho, linguagem e consciência: uma mediação que fundamenta a prática escolar, de Isilda Campaner Palangana (1996); A filosofia na formação do educador, de Dermeval Saviani (1975); Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico, de Ilma Passos Alencastro Veiga (2003); A escola e a construção da cidadania, de Antônio Joaquim Severino (1992); A escola e cidadania: apropriação do conhecimento e exercício da cidadania, de Angel Pino (1992); A construção coletiva do projeto político pedagógico da escola pública: um roteiro de elaboração, de Maria Madselva Ferreira Feiges (s/d); Internalização das funções psicológicas superiores, de L. Vigotski (2003); Interação entre aprendizado e desenvolvimento, de L. Vigotski (2003); Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, de Friedrich Engels (1999); O trabalho como princípio

elementos que permitiam compreender, mesmo que inicialmente, o materialismo histórico-dialético e suas categorias, a psicologia histórico-cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica. Os estudos, desses textos, “objetivaram instrumentalizar teoricamente o professor, proporcionando assim condição para analisar sua prática pedagógica, compreender os fundamentos propostos no currículo e a partir disso, superar o ecletismo anunciado na rede”. (Mazaro, 2018, p. 57).

No período de 2004 e 2005, a SEMED oportunizou a todos os professores da rede, a participação em grupos de estudos. Foram nesses momentos que, os professores puderam analisar e discutir questões que os conduziram a compreensão de “que aos alunos deviam ser transmitidos conteúdos científicos sistematizados, que a escola deveria ser laica, gratuita, de qualidade e que o método a ser utilizado para direcionar os trabalhos seria o materialismo histórico-dialético”. (Mazaro, 2018, p. 60).

Com o método definido, era momento de dar início a sistematização do currículo. Para tal, foi organizado, no ano de 2006, doze grupos de trabalho: grupo base, língua estrangeira moderna-língua espanhola, educação física, língua portuguesa/alfabetização, ciências, educação de jovens e adultos, história, geografia, artes, matemática, educação especial e educação infantil. Para a formação dos grupos de trabalhos, foram disponibilizadas, a todos os professores da rede municipal, inscrições e, cada um poderia se inscrever no grupo a qual tinha maior interesse. O resultado foi a participação direta, com a sistematização, de 230 professores e indiretamente de todos os profissionais da educação que atuavam nas sessenta e uma escolas municipais e vinte e oito Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

Considerando que a rede é em sua maioria composta por pedagogos, e esse fator poderia limitar a compreensão e posterior elaboração dos pressupostos específicos de cada área do conhecimento, avaliou-se a necessidade de contar com assessoria e consultoria de professores especializados em cada disciplina, “a fim de que o documento fosse fiel não somente quanto ao método de análise, mas também, quanto ao que concerne especificamente a área do conhecimento”. (Mazaro, 2018, p. 63).

Os anos de 2006 e 2007, podem ser considerados os anos de maior intensidade, no que concerne ao trabalho com a sistematização do documento. Esse processo, de sistematizar, exigiu dos grupos seriedade e compromisso com os estudos, bem como, com as análises das observações e sugestões que eram encaminhadas de todas as escolas, oriundas dos grupos de estudos e, das plenárias que ocorreram com representantes de todas as unidades escolares.

Concomitantemente, ao trabalho de sistematização do currículo, pelos grupos, as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, por meio de reuniões, grupos de estudos, formação continuada e estudos na hora atividade, se apropriavam de todo processo e, com isso, reorganizavam seus Projetos Políticos

educativo frente às novas tecnologias, de Dermeval Saviani (1994); Contextualização histórica e teórica da pedagogia histórico-crítica, de Dermeval Saviani (2005). (Mazaro, 2018, p. 57); (Mazaro; Orso, 2018, p. 1053).

Pedagógicos, planos de ensino e planos de aula. Portanto, o período em que ocorria a sistematização do currículo não foi desvinculado das ações conduzidas nas unidades escolares, foi um movimento intrínseco.

Todo esse processo, coletivo, segundo Malanchen, Matos e Pagnoncelli (2012, p. 192), “não foi uma tarefa fácil, visto que, estudar e buscar compreender o método materialista histórico e dialético, não é uma tarefa simples, e requer um sistemático esforço intelectual, além das condições objetivas de produção”. A expectativa era de que esse esforço resultasse em uma rede de ensino organizada de tal modo que o conhecimento transmitido/socializado, contribuísse efetivamente com a humanização de todos os alunos.

O Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel-sua estrutura

Compreendemos por currículo, o documento que expressa um projeto de sociedade e de homem que almeja formar por meio de uma concepção de mundo, de trabalho, de sociedade, de homem, de educação e não apenas um documento que contempla um determinado e mínimo rol de conteúdos, a serem cumpridos em um determinado espaço temporal. Entendemos, também, que um currículo escolar:

[...] em uma perspectiva histórico crítica, deve ser um documento que demonstre intencionalidade e expresse elementos e fundamentos que instrumentalizam a escola, inserida num processo histórico e social, a lutar pela superação da fragmentação e esvaziamento do conhecimento destinado a classe trabalhadora, ou seja, a lutar incansavelmente pela socialização de toda produção cultural, artística e filosófica já produzida pela humanidade e que para além disso ganhe vida e movimento não se esgotando em sala de aula. Não há ilusão de que a partir disso ocorrerá a transformação da sociedade, mas acreditamos que por meio de uma educação escolar direcionada, intencional e organizada com fins e objetivos voltados ao interesse da classe trabalhadora é que os homens serão instrumentalizados e poderão decidir quanto a transformação ou manutenção da sociedade. (Mazaro e Orso, 2018, p. 494).³

Portanto, a rede municipal de ensino de Cascavel, ao assumir um currículo à luz do materialismo histórico-dialético, da teoria histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, assume o compromisso de possibilitar a classe trabalhadora um ensino de qualidade, por meio da transmissão/socialização do conhecimento mais

³ Esta citação encontra-se, também, com pequenas alterações em: MAZARO, 2018, p.79.

elaborado, produzido pelos homens no decurso da história. Conhecimentos estes, que foram deliberadamente transformados em saber escolar.

O currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel foi organizado em três volumes: Educação Infantil (volume I), Ensino Fundamental-Anos Iniciais (volume II) e Educação de Jovens e Adultos (volume III). A Educação Especial se apresentou como um capítulo em todos os volumes, por compreender, naquele momento, que a mesma perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Cada volume foi organizado contendo: fundamentos teóricos (pressupostos filosóficos, aspecto históricos, concepção de desenvolvimento humano, pressupostos pedagógicos e concepção de avaliação); pressupostos teóricos para a pessoa com deficiência e; organização curricular. Essa primeira parte do currículo é comum a todos os volumes, com ressalva a questão sobre os aspectos históricos que se apresenta específico sobre cada modalidade de ensino.

Na primeira parte, que concerne aos fundamentos teóricos, encontramos um arcabouço fundamental para a compreensão total do currículo. No que concerne aos pressupostos filosóficos, o mesmo apresenta fundamentos sobre: educação e concepção teórica; concepção de homem e sociedade; produção do conhecimento e educação como construção social; educação escolar; escola pública; estado e classes sociais. Em relação aos fundamentos históricos é apresentado um breve histórico da legislação até o ano de 2007.

O item referente a concepção de desenvolvimento humano traz, em linhas gerais, o processo de periodização do desenvolvimento humano, com base em Elkonin. Ao tratar sobre os pressupostos pedagógicos, apresenta fundamentos quanto a apropriação do conhecimento; transmissão do conhecimento; relação entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem e, por fim, a concepção de avaliação e progressão de estudos.

A segunda parte, que versa sobre os pressupostos teóricos para a pessoa com deficiência, está organizada da seguinte forma: apresentação; da educação escolar e da necessidade do bom ensino para pessoas com deficiência; educação especial: aspectos da sua história e da sua constituição na rede municipal de ensino de Cascavel; do desenvolvimento e da aprendizagem da pessoa com deficiência; deficiência intelectual; deficiência visual; deficiência auditiva; deficiência física; deficiência múltipla; transtornos globais do desenvolvimento; altas habilidades ou superdotação e, referências. (CASCATEL, 2008).

A terceira parte do documento apresenta toda a organização curricular, ou seja, apresenta todas as disciplinas que serão trabalhadas com os alunos da rede municipal: arte, ciência, educação física, geografia, história, língua estrangeira moderna-língua espanhola, língua portuguesa-alfabetização e matemática. Em cada disciplina encontramos textos sobre a concepção da disciplina, encaminhamentos metodológicos, tabela de conteúdos e, avaliação.

Nossa pesquisa, concluiu que o currículo de Cascavel (2008), defende a escola pública, laica, gratuita, de qualidade. Defende e aponta o conhecimento

como possibilidade de desenvolvimento humano e, por meio da apropriação das objetivações humanas, os seres humanos tenham condições de desenvolver a consciência.

Implementação do currículo: ações e contradições

A partir do momento em que o documento foi oficializado, na rede municipal de ensino, cada um dos professores, no ano de 2008, recebeu uma cópia impressa. Contudo, compreendemos que o documento, por si somente, não se materializa, portanto, era necessário ações efetivas à implementação do mesmo.

Na busca pela implementação do currículo, nos anos de 2008 a 2010, houve uma intensificação da formação continuada ofertada a todos os profissionais que atuavam na rede Municipal de ensino: professor, professor de educação infantil, monitor de biblioteca, instrutor de informática. A mesma, objetivava instrumentalizar teoricamente os profissionais da educação, a fim de que a proposição expressa no currículo fosse implementada. Esse trabalho foi conduzido tanto pela equipe pedagógica da SEMED quanto por profissionais contratados.

Com o objetivo, portanto, de implantar o currículo, uma das ações da SEMED, no início do ano de 2008, foi quanto a orientação a elaboração do planejamento e a reestruturação do Projeto Político Pedagógico. Para fortalecer essa ação “todos os 1.214 professores, 55 monitores de biblioteca, 45 instrutores de informática e 315 professores de educação infantil participaram de formação continuada sobre os fundamentos do materialismo histórico-dialético” (Mazaro, 2018, p. 130). Além disso, os professores que atuavam como regentes de turmas “tiveram formação sobre a concepção e conteúdo das disciplinas de língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências” (Mazaro, 2018, p. 130) e, os professores que atuavam com as disciplinas de “arte, educação física e espanhol tiveram formação específica sobre a disciplina. O mesmo ocorreu com os instrutores de informática e monitores de biblioteca” (Mazaro, 2018, p. 130).

Já os professores que estavam na função de coordenação pedagógica nas escolas, além de participarem da formação junto aos professores, receberam formação específica sobre “avaliação, políticas para a gestão escolar, desenvolvimento das funções psicológicas superiores e orientações de como desenvolver o trabalho no âmbito escolar”. (Mazaro, 2018, pp. 130-131).

Em 2009, após eleição ocorrido no final de 2008 e assumir a administração pública municipal, o novo prefeito⁴ toma a decisão de permanecer com a mesma secretária de educação⁵ da gestão passada e, esta, por sua vez, manteve sua equipe pedagógica que deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos com o início da implementação da proposta curricular. Desta feita, nos primeiros meses do ano, foi

⁴ Em janeiro de 2009, assumiu a prefeitura de Cascavel, para o mandato de 2009 a 2012, Edgar Bueno, pelo PDT.

⁵ A professora municipal Maristela Becker Miranda.

apresentado um plano de ação, do departamento pedagógico, para os quatro anos próximos. Para cumprir com o que se pretendia, enquanto formação para os todos os professores da rede, “foram contratados 21 professores que trabalharam 618 horas de formação” (Mazaro, 2018, p. 133).

Em 2010, foi mantida a forma de organização da formação continuada, contudo, esta foi conduzida prioritariamente e majoritariamente pela equipe pedagógica da SEMED. Um fato importante a ser destacado é que em 2010 foi organizado o Sistema Municipal de Ensino e criado o Conselho Municipal de Educação.

Todavia, esse movimento de organizar as ações com o objetivo fim de implementar a Pedagogia Histórico-Crítica na rede municipal de Cascavel, foi permeado por disputas e contradições. Nesse período ocorreram movimentos, dos professores, na luta por qualidade das condições de trabalho e remunerações, paralizações, boicote das ações da SEMED, bem como, mudanças na administração pública e na gestão/condução da SEMED. Essa última, especificamente a partir 2011, interferiu significativamente na forma de condução das ações de formação do professor e implementação do currículo.

Por ocasião de mudança de secretário de educação, em meados de 2011⁶, ocorreu também mudanças na equipe pedagógica, bem como, na forma de conduzir a formação continuada aos professores. A partir de julho de 2011, os grupos de formação continuada, que ocorriam mensalmente com os professores, foram substituídos por dois seminários anuais a qual era composto por palestras e uma grande diversidade de oficinas⁷.

Com o Sistema Municipal de Ensino e Conselho Municipal de Educação (CME) criado, no ano de 2013, o CME organizou as deliberações sobre o ensino fundamental e educação infantil e essas apontavam que os trabalhos educativos realizados nas unidades escolares deveriam se pautar pelos pressupostos do currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel. Com a cautela⁸ em registrar em documentos oficiais a importância do currículo, tal como realizado nas deliberações do CME, no ano de 2014 na reestruturação do plano de cargos, carreira, remuneração e valorização dos professores é registrado nas atribuições do cargo de professor que todo trabalho educativo realizado, em sala de aula, no planejamento escolar, no Projeto Político Pedagógico, deveria estar em consonância com o currículo.

⁶ “Em 12 de abril de 2011 o prefeito Edgar Bueno, em um café da manhã, anunciou que no dia 18 de abril desse mesmo ano ocorreria mudanças na secretaria de educação e que o professor Valdecir Antônio Nath assumiria a pasta. De acordo com o secretário de governo, a saída da professora Maristela Becker Miranda da SEMED, se deve ao fato de um pré-acordo, firmado durante as eleições, entre partidos coligados. Com a mudança na chefia, mudou também a direção e equipe do departamento pedagógico” (Mazaro, 2018, p. 139).

⁷ “Em julho de 2011 o seminário teve duração de 3 dias e os professores optavam, de acordo com seu interesse, por um dos 40 minicursos ofertados”. (Mazaro, 2018, p. 140); “Em julho de 2012, [...] os professores optaram por participar de 1 entre 51 oficinas diferentes”. e em julho de 2013 “os professores optaram novamente, por participar de 1 entre as 65 oficinas ofertadas”. (Idem, p. 141).

⁸ Essa preocupação foi fruto do grupo de professores da rede municipal que vinha sentindo, diante da nova forma de conduzir as ações, possibilidades de o currículo ser desconsiderado pela nova administração.

Na mesma direção, em 2015, o Plano Municipal de Educação, para o decênio de 2015 a 2025, traz em 15 estratégias a afirmação de que o trabalho do professor, a formação continuada e, as ações do município em relação a educação, devem estar em consonância com o currículo, ou seja, que o trabalho realizado na educação municipal de Cascavel deve se pautar pelos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica.

Considerações finais

Enfim, compreendemos que para a implementação real do currículo estudado, faz-se mister que o professor, além da responsabilidade com os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, se comprometa com o ato pedagógico e com o desenvolvimento intelectual do aluno. Todavia, não é um compromisso na individualidade de cada um, mas um compromisso coletivo.

No que concerne a todo processo de pensar, organizar, planejar, conduzir, sistematizar e implementar um currículo à luz do materialismo histórico-dialético, na psicologia histórico-cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, podemos afirmar que a rede de ensino de Cascavel, contrariou/contraria as forças das pedagogias burguesas. Entendemos esse currículo como um documento que defende a educação escolar, organizada intencional e deliberadamente, e se apresenta como uma das possibilidades de instrumentalizar a classe trabalhadora rumo a sua emancipação humana.

Contudo, para isso é preciso se atentar para a seguinte questão: o que é preciso para que o trabalho educativo realizado no interior da escola, seja desenvolvido em uma perspectiva que conduza a classe trabalhadora à superação da alienação e do modo de produção capitalista?

De modo aligeirado, apontamos que não basta a afirmação de que há uma teoria educacional que direcione as ações, mas, entender, compreender que a escola pública precisa ser defendida. Compreender que essa luta perpassa pela luta da socialização do conhecimento, historicamente produzido pela humanidade, pois, é a partir da apropriação desses, que o trabalhador terá a possibilidade de conscientemente organizar e transformar sua realidade.

Nessa direção, pensar a formação do professor, foi/é uma importante estratégia, quando a meta é a efetivação de uma concepção de educação emancipadora. Uma formação centrada no objetivo de instrumentalizar todos os profissionais da educação, no que concerne aos fundamentos na Pedagogia Histórico-Crítica e, em relação ao domínio daquilo que é preciso ensinar. Uma vez que é preciso que o professor domine os conceitos fundamentais da Pedagogia Histórico-Crítica e das áreas do conhecimento que irá ensinar, para então, a partir disso, organizar suas ações educativas.

É preciso dar condições, instrumentalizar coerentemente esse profissional, para que se perceba parte do processo e compreenda que no ato educativo, não há neutralidade. Até porque, não basta saber identificar o conteúdo que será ensinado

ao aluno, é preciso compreender em que medida esse conteúdo auxiliará no desenvolvimento intelectual desse indivíduo e, provocará, no mesmo, as transformações necessárias, para que conscientemente interfira na realidade.

Outra questão, a ser compreendida, faz alusão ao documento sistematizado. Precisamos entender que a educação não se faz com um currículo, e não é este, por sua vez, que provocará no professor a volição em ensinar sob uma determinada perspectiva de ensino. É preciso, concomitantemente, organizar um conjunto de ações intencionalmente planejadas e de acordo com os pressupostos anunciados, a fim de que o professor organize o ensino em consonância com o mesmo. Ou seja, é preciso proporcionar aos professores leituras coerentes, formação continuada consistente e condições dignas de trabalho, de remuneração, entre outros, possibilitando condições para que a perspectiva de ensino proposta seja materializada em aula.

Por fim, a partir das análises realizadas no percurso de nosso mestrado em educação, no que se refere ao processo de construção e implementação de um currículo à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, é possível afirmar que para conduzir, organizar e efetivar o trabalho educativo em sala de aula, a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica é necessário/imprescindível posicionamento político pedagógico e compreensão do que é a educação, como a mesma tem sido tratada, além de entender/compreender quem é o ser humano atual/real/concreto, ou seja, entender, também, de desenvolvimento humano.

Entender que não há neutralidade em sala de aula é uma das premissas de ser professor e, organizar o ensino a partir da Pedagogia Histórico-Crítica exige, além das afirmações já realizadas, compromisso com a identificação das formas mais coerentes do saber escolar, domínio do conteúdo a ser ensinado e, compreensão de como transformar esse conteúdo, de modo que cada criança em sua individualidade coletiva se aproprie dos conceitos necessários. A partir disso, é possível organizar ações pedagógicas de modo a buscar a garantia de um ensino que promova o real desenvolvimento, o desenvolvimento do pensamento teórico, a elevação das funções psíquicas em superiores, as possibilidades de transformação do sujeito.

Referências

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**: volume II: Ensino Fundamental-anos iniciais. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2008.

CASCAVEL, **Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel**: volume II: ensino fundamental-anos iniciais. Cascavel: SEMED, 2020.

MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D.; PAGNONCELLI, C. A pedagogia histórico-crítica na trajetória histórica e nos fundamentos teóricos do currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel/PR. **Revista HISTEDBR**

On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 46, p. 190–204, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640080>.
Acesso em: 18 fev. 2023.

MAZARO, Leonete Dalla Vecchia. **A construção e implementação do currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel (2005-2015)**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.

MAZARO, Leonete Dalla Vecchia; ORSO, Paulino José. Pedagogia histórico crítica e o currículo de Cascavel: implantação, implementação e efetivação. Jornada do XIV HISTEDBR: pedagogia histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da Revolução Russa, Organização de André Paulo Castanha ... [et al.]. 2017, Foz do Iguaçu. **Anais...**, Foz do Iguaçu: 2017.

MAZARO, L. D. V.; ORSO, P. J. O processo de produção do currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 1046–1061, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653854>.
Acesso em: 18 fev. 2023.

MAZARO, L. D. V.; ORSO, P. J. Pedagogia histórico-crítica e currículo escolar: expressão de luta da classe trabalhadora para a superação da condição de dominação. In: Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2017: Cascavel, PR) PPGE Unioeste: Campus de Cascavel: 10 anos de história: **Anais...** Cascavel, 2017.